

PET no HABEAS CORPUS Nº 501.769 - SP (2019/0092024-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
REQUERENTE : ROBERLEI CANDIDO DE ARAUJO
ADVOGADO : ROBERLEI CÂNDIDO DE ARAÚJO - SP214880
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VINICIUS SNEC DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Por meio da petição de fl. 696, o paciente requer a juntada do acórdão proferido nos autos do **HC n. 2263716-56.2018.8.26.0000**, *decisum* em que, efetivamente, foram analisados os fundamentos ensejadores da sua segregação preventiva.

O impetrante pleiteia, por meio deste *writ*, seja revogada a custódia preventiva do paciente, ocorrida pela suposta prática do delito previsto no art. 155, § 4º, I, II e IV, do Código Penal, por três vezes, em continuidade delitiva.

Às fls. 688-689, indeferi liminarmente o habeas corpus, por falta de documentação suficiente. No entanto, uma vez que agora consta dos autos cópia do documento faltante, entendo que, pela aplicação dos princípios da economia e da celeridade processuais, deve o habeas corpus ser processado. Passo agora, portanto, à nova apreciação do feito.

O pedido de urgência não comporta deferimento.

O Juiz de primeiro grau, ao converter a prisão em flagrante do paciente em preventiva, salientou que "o envolvimento com crimes não é um fato episódico em sua vida, sendo inclusive reincidente em crime praticado com violência contra pessoa" (fl. 95), circunstância que, ao menos em princípio, evidencia a imprescindibilidade de manutenção da custódia preventiva para a **garantia da ordem pública**, notadamente para o fim de evitar a reiteração criminosa.

À vista do exposto, **reconsidero** a decisão de fls. 688-689 e **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado na impetração.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

